

Apresentação

Qualquer um pode falar qualquer coisa? Conflitos e disputas em torno dos conceitos de gênero e sexualidade.

Francisco Jomário Pereira¹ – UFPB

Fernando Augusto de Souza Guimarães² – UFSCar

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti³ - UFSCar

Os estudos de gênero e sexualidade passaram por um processo de expansão e diversificação, o aumento das pesquisas e recortes empíricos sobre o tema renovaram os questionamentos teóricos e metodológicos nas ciências sociais. A década de 1970 marca o início da constituição de tais pesquisas, especialmente, a partir da consideração do gênero e da sexualidade enquanto construções sociais, abandonando a perspectiva essencialista típica do olhar das ciências biológicas e médicas. A partir dos anos de 1990 há a institucionalização deste campo de pesquisa e sua consolidação na virada do milênio. Dentre as principais referências teóricas para tais estudos destaca-se a obra de Michel Foucault, sobretudo, em razão de sua proposição de que a sexualidade é um regime discursivo construído a partir de um poder/saber/prazer que instaura regimes de verdade sobre o que é normal e patológico (FOUCAULT, 2012).

A consideração da sexualidade enquanto regime discursivo ostenta a relação intrínseca entre sexualidade e política. A verdade sobre o sexo implica em disputas políticas atravessadas por outros campos, como o da ciência e da religião. E em tempos de ascensão de representantes políticos de direita aliado ao recrudescimento do conservadorismo no mundo, proliferaram acirrados discursos de combate ao

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Grupo Religião, Ruralidades e Movimentos Sociais (RERUMOS/UFPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1778-9207>. E-mail: jomariocp@gmail.com.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP/UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4105-3822>. E-mail: fsgui@gmail.com.

³ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP/UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9588-8142>. E-mail: vitor_guidotti@live.com.

feminismo, aos direitos de pessoas LGBTQIA+, aborto e a diversidade sexual e de gênero, especialmente, em momentos de disputas eleitorais. Tais discursos ganharam força ao longo da década de 2010 e buscaram interromper o avanço de políticas e legislações progressistas e, quiçá, revogá-las, pois de modo simples, compreendem-nas como responsáveis pelo fim da moral e dos bons costumes. No caso brasileiro, foi a partir das manifestações de junho de 2013 (MACHADO, 2012; SOLANO e ROCHA, 2019) que tais discursos se intensificaram e culminaram na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2019. Foi este contexto que motivou inúmeras novas pesquisas e estudos sobre gênero e sexualidade com ênfase nas intersecções com a política, a religião e movimentos sociais, bem como a elaboração deste dossiê: *Qualquer um pode falar qualquer coisa? Conflitos e disputas em torno dos conceitos de gênero e sexualidade*, com intuito de lançar luz aos meandros de tais disputas.

Para tanto, o dossiê conta com o artigo de D'Angelles Coutinho Vieira, intitulado: *Disputas em torno do direito de dizer: perspectivas sobre gênero dentro do feminismo radical*, que apresenta um balanço acerca dos usos do conceito de gênero no feminismo radical. O artigo aponta como as ideias do feminismo radical em torno de gênero se constroem a partir de um discurso biológico que separa homens e mulheres, referindo-se as expectativas sociais e comportamentais de corpos generificados. Além disso, é apontado a maneira hostil com que outras considerações sobre o gênero são encaradas neste contexto.

Ainda no mesmo contexto, o artigo de Felipe Franklin Anacleto da Costa e Luciana Carmélio Silva Rodrigues Melo, intitulado: *Transfobia institucional: um desafio para a efetivação do direito à saúde da população trans*, nos leva a refletir sobre os desafios do acesso aos serviços de saúde por pessoas trans, seja na busca pela adequação de gênero ou não. Observa-se a cobrança às pessoas trans uma adequação a uma ideia e performance que foi institucionalizada como a correta para essa categoria de pessoas, caso divirja dessa performance, o tratamento pode ser comprometido. O artigo nos faz refletir sobre a transfobia institucional e sofrimento social que pessoas trans passam na busca por serviços de saúde.

Já no artigo “*Quem está protegido contra a violência de gênero? Reflexões sobre direito, linguagem e poder a partir da Lei n.º 14.192/2021*”, os autores Clarisse Mack da Silva

Campos, D'Angelles Coutinho Vieira e Ricardo Alecsander de Queiroz Oliveira, descrevem e analisam a categoria “gênero” no campo do direito e da linguagem, especificamente, no que concerne a seu uso na Lei n.º 14.192/2021. O texto apresenta críticas quanto ao uso e aplicabilidade do termo gênero na lei que estabelece diretrizes para reconhecer e combater a violência política contra as mulheres, pois este limita a aplicação da lei e exclui a diversidade de gêneros que performam feminilidades e que são cotidianamente violentadas.

O texto dos autores José Ferreira Junior e Janaina Freire dos Santos, intitulado: “*Em terra de cangaceiro, a “coragem” de não ser macho: sexualidade em discussão em Serra Talhada – PE*”, reflete o processo discursivo que permeia a construção identitária do sujeito gay no sertão Pernambucano e nordestino. Um embate entre discursos instituídos sobre a heteronormatividade e discursos resistentes que buscam o respeito ao direito de seu modo de ser e de estar no mundo. O trabalho analisa os discursos proferidos por revistas e jornais sobre o evento da primeira parada da diversidade na cidade de Serra Talhada, cidade eternizada pela figura de Lampião. Logo, as identidades heteronormativas entram em confronto com as identidades gay gerando um embate que permeia toda a estrutura social e que não se distensionam.

Por fim, o dossiê se encerra com o artigo: *Desvelando as teias do poder: raça, gênero e classe nas relações de dominação no Brasil*, onde Joana dos Santos, Barbara Santana Ribeiro e Ueliton Santos Moreira-Primo examinam as relações de poder descritas na obra de Heleieth Saffioti: *O poder do macho*, de 1987. O artigo discute a análise de Saffioti sobre como o patriarcado, o racismo e o capitalismo se imiscuem na constituição de um sistema de exploração e dominação do povo brasileiro. O enfoque está nas opressões sexistas que derivam do patriarcado e que, junta as discriminações raciais e classistas, dão poder ao macho (branco e rico).

Referências

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos: vol. 5 – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, v. 32, p. 29-56, 2012.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.